



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

09 de Julho 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 09/07/2014
Assunto: Merenda		Página: Online



Merenda escolar poderá ser despesa obrigatória de educação

A Câmara dos Deputados analisa a Proposta de Emenda à Constituição 405/14, do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), que torna obrigatória a despesa com merenda escolar nos níveis fundamental e médio.

"A merenda escolar é um dos fatores que contribuem para a continuidade dos estudos, antes do ingresso no mercado de trabalho", afirma Avelino.

Atualmente, a Constituição determina que os programas de alimentação e assistência à saúde em escolas da educação básica sejam financiados com recursos de contribuições sociais e de outras áreas orçamentárias. O texto, dentro da previsão constitucional do financiamento da educação, não prevê a merenda como despesa obrigatória.

A proposta terá sua admissibilidade analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Caso aprovada, será criada uma comissão especial para analisar o texto. Depois, a PEC precisará ser aprovada em dois turnos no Plenário da Câmara.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

disponíveis para o desenvolvimento de suas cidades no jogo SimCity, tanto na dimensão das receitas, quanto na dimensão dos custos e da capacidade produtiva de cada um dos itens disponíveis para implementação em suas cidades (infraestrutura, zoneamento, energia, água, saúde, educação e segurança, etc).

Para mensurar a motivação dos alunos com a utilização do jogo eletrônico, o pesquisador utilizou uma metodologia criada por Keller (2006), denominada Pesquisa de Interesse sobre um Curso (Course Interest Survey – CIS), que procura determinar o efeito que o meio de entrega do conteúdo programático exerce sobre a motivação dos estudantes em um curso específico. Para medir as variações no nível de desempenho, o autor se baseou nos conceitos desenvolvidos pela Teoria do Design Instrucional.

Segundo Marcos Roberto Pinto, os melhores resultados apresentados pelos estudantes do grupo experimental são diretamente relacionados à aplicação do jogo eletrônico. "Na análise da média geral do modelo adotado para a mensuração do nível de motivação, a pesquisa evidencia a existência de uma diferença, estatisticamente significativa, entre os dados apresentados pelos dois grupos, com nítida vantagem para o grupo que utilizou o jogo SimCity (experimental)", afirma.

Já em relação à variável de desempenho, também ficou evidenciada uma melhora, mais significativa, nas notas alcançadas pelo conjunto de estudantes do grupo experimental, com um aumento de 210% em relação à nota média obtida no pré-teste. O grupo de controle, que não fez uso do jogo, apresentou um resultado que se expressou com números mais modestos, que apontaram uma melhora de 35% em relação à nota média obtida no pré-teste.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 09/07/2014
Assunto: Gameficação		Página: Online



Jogo eletrônico pode aumentar interesse pela Contabilidade

O jogo eletrônico SimCity pode aumentar os níveis de motivação e de desempenho dos estudantes de Contabilidade. A possibilidade foi demonstrada em um estudo de doutorado defendido na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, pelo pesquisador e professor de Contabilidade Governamental da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Marcos Roberto Pinto.

Segundo ele, as práticas convencionais de ensino nem sempre atendem a necessidade dos jovens de hoje, os quais ele denomina de "estudantes nativos digitais". O SimCity é um jogo de simulação que tem por objetivo criar uma cidade e administrar seus recursos, de forma a evitar a falência e a expulsão do prefeito.

A pesquisa Educação com entretenimento: um experimento com SimCity para curtir e aprender a Contabilidade Governamental, defendida no dia 29 de abril, foi orientada pelo professor Edgard Cornacchione, chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA. Marcos Roberto Pinto disse que a decisão de pesquisar o assunto partiu da preocupação com os resultados apresentados pelos programas de educação em Contabilidade.

Ele citou o Enade 2010, segundo o qual cerca de 30% dos cursos foram classificados como insatisfatórios e apenas 3,5% obtiveram conceito máximo. Outro parâmetro de qualidade citado foi o exame de suficiência realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que já chegou a reprovar metade dos bacharéis.

A aplicação do jogo SimCity, de acordo com o autor do estudo, possibilita ao aluno vivenciar uma simulação acerca da formação e gestão de uma cidade e o desenvolvimento de um sistema de informações contábeis. Em seu trabalho, Marcos Roberto Pinto demonstra que os estudantes que utilizam o SimCity, inserido no ambiente de aprendizagem, têm melhores notas e se saem melhores em testes-padrão. "O emprego do jogo eletrônico se apresenta como uma inovação no processo de ensino, podendo ser considerado um forte aliado no desenvolvimento de estratégias instrucionais destinadas a um público que já nasceu sob a forte influência dos aparatos digitais", sugere.

Os participantes da pesquisa — estudantes matriculados no curso de Ciências Contábeis e inscritos na disciplina de Contabilidade Governamental da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), da UFRJ — foram divididos em grupo experimental (55) e grupo de controle (37). Os estudantes receberam como desafio avaliar os recursos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 09/07/2014
Assunto: Educação especial	Página: Online	



Estudo mostra que escola comum não garante inclusão de portador de Down

Estudo realizado na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) da USP aponta que crianças com Síndrome de Down que frequentam a rede básica de ensino sofrem exclusão. Segundo a fonoaudióloga Flávia Mendonça Rosa Luiz, a prática tem o objetivo de incluir, porém o resultado não é esse. "Existe um preconceito presente na concepção dos professores em relação às crianças com Síndrome de Down que as levam a focar apenas em suas deficiências, subestimando assim sua capacidade de aprendizagem." O estudo conclui que os professores não conseguem desenvolver atividades pedagógicas com essas crianças porque elas têm necessidades mais importantes, como higiene, alimentação, conforto e interação social. Durante a pesquisa, foram entrevistados dez professores da Secretaria de Educação do Município de Araraquara. "Os resultados podem ser estendidos para outras unidades de ensino, uma vez que eles já foram evidenciados em outras pesquisas", afirma Flávia.

A fonoaudióloga fala que as dificuldades da interação também são frutos da cultura presente na sociedade brasileira, que não é tão aberta a diferenças. "Com isso, temos o processo de inclusão como 'uma exclusão dentro da inclusão'." Orientada pela professora Lucila Castanheira Nascimento, a pesquisa Experiência de professoras da educação infantil no processo de inclusão escolar de crianças com síndrome de Down foi desenvolvida de janeiro de 2010 até dezembro de 2014.

Segundo Flávia, os professores são peças fundamentais para o sucesso da inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down, pois são responsáveis por promover o desenvolvimento dos alunos. "A falta de formação teórica e prática quanto à educação especial, de recursos pedagógicos, professores assistentes e apoio da direção fazem com que os professores se sintam solitários no processo de inclusão."

Os resultados da pesquisa também apontam que as necessidades sociais das crianças, por superarem as educacionais, fazem com que os professores passem atividades paralelas para mantê-las ocupadas. "Na nossa sociedade, a pessoa com deficiência é vista por suas impotências e, como tal, não deveria frequentar a escola comum por não ser capaz de aprender", destaca a pesquisadora.

A fonoaudióloga afirma que a inclusão escolar não se restringe a políticas educacionais, mas engloba também a disposição dos professores e da comunidade em aceitar as diferenças. Nesse contexto, o grande desafio é dar aos professores conhecimentos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

necessários que os levem a novas atitudes frente às diversidades. "Sentimentos como respeito, tolerância, aceitação, solidariedade e compreensão, aliados a valorização dos professores, podem mudar a realidade e o processo de inclusão atingir seu objetivo", conclui Flávia.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 09/07/2014
Assunto: Qualificação	Página: Online	



Três em cada quatro professores querem treinamento para uso seguro da internet

Cerca de 77% dos docentes disseram que o tema deveria ser tratado no currículo escolar

A maioria dos professores do Brasil e de outros oito países consultados em uma pesquisa da AVG Technologies disseram que se sentem pressionados a fornecer orientações sobre o uso seguro da internet para jovens e crianças, mas não têm formação adequada para suprir essa demanda.

No Brasil, 78% deles — ou seja, três em cada quatro docentes — informaram que as escolas precisam oferecer cursos e treinamento para torná-los aptos a abordar o assunto com os alunos.

Na média geral dos professores consultados na pesquisa, que ouviu cerca de 1.600 profissionais, a solicitação de atividades de preparação foi apresentada por 65% dos entrevistados. Além disso, a maioria deles, 77%, apontou que a segurança na internet deveria ser uma disciplina abordada nos currículos escolares.

Lacunas

A análise ressalta que 38% dos profissionais de ensino entende que os pais têm dificuldade em tratar a segurança na internet e orientar seus filhos porque também não sabem o suficiente sobre o tema.

Fazendo uma autoavaliação, 92% dos professores confirmaram usar conteúdos retirados da internet em sala de aula e 69% já debateram a segurança com seus alunos, mesmo que pontualmente, apesar de apenas 28% afirmarem ter passado por um treinamento formal.

Desafios

Tony Anscombe, porta-voz de segurança sênior da AVG Technologies, frisa que os professores de hoje não só usam a internet diariamente nas aulas, mas estão tendo que lidar constantemente com as questões que ela gera, como cyberbullying e acesso a conteúdos inadequados.

— Os docentes muitas vezes sem nenhum treinamento apropriado para isso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A pesquisa revela, ainda, que no Brasil apenas 22% dos professores nunca foram procurados por alunos com dúvidas ou problemas em relação ao uso da internet. Dos que foram solicitados pelos alunos, 25% foram perguntados sobre cyberbullying e 21% sobre conteúdos inapropriados.

Em sala de aula

Mais de um quarto dos docentes, 38%, revela que tem o hábito de confiscar aparelhos eletrônicos durante a aula para evitar problemas. Dentre os brasileiros, 53% disseram que retiram os aparelhos dos alunos.

A causa comum de confisco é o uso inapropriado (63% das respostas). No Brasil, 74% dos professores responderam que retiram o aparelho do aluno quando descobrem que estão sendo utilizados para acessar conteúdos inapropriados. Veja abaixo dados compilados em um infográfico da AVG.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 09/07/2014
Assunto: Jornada de trabalho		Página: Online



Trocas de trabalho e falta de tempo dificultam continuidade dos estudos entre professores

Com o desligamento de algum profissional, ações de formação nas escolas são interrompidas

Cerca de 20% dos docentes brasileiros trabalham há menos de um ano em suas escolas, enquanto apenas 6% da categoria atua na mesma instituição há mais de 20 anos. Além disso, pouco mais de um quinto (22%) dos professores brasileiros trabalha em duas ou mais escolas de educação básica.

Qualificação de professores exclui temas ligados à sala de aula

Os dados são da Prova Brasil e do Censo Escolar 2011 (últimos divulgados pelo Ministério da Educação) e mostram que a alta rotatividade de emprego e a falta de tempo devido à sobrecarga de trabalho fazem parte da realidade da carreira docente, e são um problema.

Segundo a pesquisa Formação Continuada de Professores no Brasil, realizado pelo Instituto Ayrton Senna em parceria com o Boston Consulting Group e divulgada na última segunda-feira (7), o cenário dificulta a continuidade dos estudos entre os professores.

Isso porque, como mostra o estudo, com a transferência e o desligamento de algum profissional, as ações de formação nas escolas são interrompidas e o investimento é perdido.

— Não há formação continuada que tape esse buraco. Muitos começam o processo de capacitação e, no ano seguinte, estão em outras escolas, afirma Roberto Franklin de Leão, presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), e um dos 29 especialistas consultados para a pesquisa.

Desempenho de alunos melhora em até 70% com professor capacitado, mostra estudo

Entre novembro de 2012 e março de 2013, para o estudo, foram entrevistados, 2.732 trabalhadores de educação. Desse total, 74% dos docentes responderam que não há um programa de formação continuada para professores recém-ingressos nas escolas.

O mesmo padrão é observado quando se trata de coaching ou mentoria a novos professores: 71% dos docentes brasileiros relatam a inexistência de mentoria em seus empregos, que consiste na proporção de momentos reflexivos sobre o processo de auto-avaliação das competências profissionais e na orientação do trabalho do professor como um todo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Especialistas consultados para o estudo citaram ainda outras barreiras, como a ausência de espaços de formação e os altos índices de contratos temporários de professores.

Falta de tempo

Quanto à falta de tempo do professor para continuar a estudar, Anna Helena, membro do Cenpec e também entrevistada para a pesquisa, considera necessária uma política de fixação do docente na escola.

— É essencial que o docente se vincule a uma única escola, com jornada de trabalho de oito horas que contemple o tempo em sala de aula e também a formação. E que, durante esse momento de formação, aconteçam atividades interessantes que realmente contribuam para ele se aprimorar profissionalmente, avalia.

Leia mais notícias de Educação no R7

Para José Marcelino, professor da Universidade de São Paulo e presidente da Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), é necessário que a estrutura básica da jornada de trabalho do professor contemple a hora de trabalho extraclasse, como prevê a lei do piso docente.

— [Essa] é uma das condições necessárias, embora não suficientes, para um salto de qualidade na educação básica.